

política

Senado aprova aumento do número de deputados

Proposta foi aprovada por 41 votos a 33, mínimo legalmente necessário

/ CONGRESSO NACIONAL

O plenário do Senado Federal aprovou nesta quarta-feira à noite o projeto de lei complementar que aumenta o número de deputados federais de 513 para 531. A proposta foi aprovada por 41 votos a 33, exatamente o mínimo necessário.

Minutos antes da votação, senadores ainda contavam votos, afirmavam que a Casa estava dividida e consideravam imprevisível o resultado do placar. A dificuldade de aprovação ficou nítida a partir da aprovação do requerimento de urgência (que permitia a votação do conteúdo nesta quarta) por 43 votos a 30.

O aumento no número de deputados foi aprovado no mesmo dia em que o Congresso Nacional mandou um recado ao governo Lula (PT) e derrubou os decretos que aumentavam as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A Câmara dos Deputados calcula em quase R\$ 65 milhões por ano o aumento de custos com a criação das 18 vagas, incluindo salários, benefícios e estrutura para novos parlamentares. A medida também deve produzir um efeito cascata nos estados, já que a Constituição vincula o número de deputados estaduais ao de federais.

Em uma tentativa de reduzir o desgaste político, o relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), incorporou um artigo que “proíbe qualquer aumento de despesa” por conta da criação das 18 novas cadeiras. Com a mudança, a Câmara vai precisar votar de novo o projeto.

Após o termômetro dado com a aprovação da urgência, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), anun-

ciou que votaria a favor, deixou a cadeira da presidência e percorreu o plenário pedindo voto aos colegas.

Alcolumbre havia prometido ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), se esforçar para aprovar a medida. A líderes o senador afirmou que o assunto dizia res-

peito à Câmara e, por isso, deveria ser decidido por eles - cabendo ao Senado apenas referendar o que tinha sido feito.

O projeto foi considerado impopular no Senado e recebeu críticas até mesmo de parlamentares de unidades da federação que poderiam perder deputados em suas bancadas.

Como foi a votação:

A favor

- ▶ Alessandro Vieira
- ▶ Ana Paula Lobato
- ▶ Augusta Brito
- ▶ Beto Faro
- ▶ Carlos Portinho
- ▶ Carlos Viana
- ▶ Cid Gomes
- ▶ Ciro Nogueira
- ▶ Daniella Ribeiro
- ▶ Davi Alcolumbre
- ▶ Dra. Eudócia
- ▶ Eduardo Braga
- ▶ Eduardo Gomes
- ▶ Efraim Filho
- ▶ Eliziane Gama
- ▶ Fernando Farias
- ▶ Giordano
- ▶ Irajá
- ▶ Izalci Lucas
- ▶ Jader Barbalho
- ▶ Jaques Wagner
- ▶ Jussara Lima
- ▶ Laércio Oliveira
- ▶ Lucas Barreto
- ▶ Marcelo Castro
- ▶ Mecias de Jesus
- ▶ Omar Aziz
- ▶ Otto Alencar
- ▶ Professora Dorinha Seabra
- ▶ Randolfe Rodrigues
- ▶ Renan Calheiros
- ▶ Rodrigo Pacheco
- ▶ Rogério Marinho
- ▶ Rogério Carvalho
- ▶ Romário
- ▶ Sérgio Petecão
- ▶ Styvenson Valentim
- ▶ Vanderlan Cardoso
- ▶ Veneziano Vital do Rêgo
- ▶ Weverton
- ▶ Zequinha Marinho

Contra

- ▶ Alan Rick
- ▶ Astronauta Marcos Pontes
- ▶ Cleitinho
- ▶ Confúcio Moura
- ▶ Damares Alves
- ▶ Dr. Hiran
- ▶ Eduardo Girão
- ▶ Esperidião Amin
- ▶ Fabiano Contarato
- ▶ Fernando Dueire
- ▶ Flávio Bolsonaro
- ▶ **Hamilton Mourão**
- ▶ Humberto Costa
- ▶ Ivete da Silveira
- ▶ Jaime Bagattoli
- ▶ Jayme Campos
- ▶ Leila Barros
- ▶ **Luis Carlos Heinze**
- ▶ Magno Malta
- ▶ Mara Gabrilli
- ▶ Marcio Bittar
- ▶ Marcos Rogério
- ▶ Marcos do Val
- ▶ Oriovisto Guimarães
- ▶ **Paulo Paim**
- ▶ Plínio Valério
- ▶ Sergio Moro
- ▶ Soraya Thronicke
- ▶ Teresa Leitão
- ▶ Tereza Cristina
- ▶ Wellington Fagundes
- ▶ Wilder Morais
- ▶ Zenaide Maia

Não votaram

- ▶ Angelo Coronel (em agenda)
- ▶ Chico Rodrigues (licença saúde)
- ▶ Flávio Arns (licença saúde)
- ▶ Jorge Kajuru (ausente)
- ▶ Jorge Seif (ausente)
- ▶ Margareth Buzetti (ausente)
- ▶ Nelsinho Trad (presidente não vota)

Bancada gaúcha foi contra criação de novas vagas

Os três senadores gaúchos, Paulo Paim (PT), Luis Carlos Heinze (PP) e Hamilton Mourão (Republicanos), votaram contra o aumento do número de deputados federais.

A coluna Repórter Brasília, do **Jornal do Comércio**, já havia adiantado a inconformidade dos parlamentares com a proposta,

que deve custar R\$ 65 milhões por ano, com a criação das 18 vagas, incluindo salários, benefícios e estrutura para novos parlamentares. A medida também deve produzir um efeito cascata nos estados, já que a Constituição vincula o número de deputados estaduais ao de federais.

Paim questionou a necessidade de mais parlamentares quando outros países estão reduzindo seus congressos. “Não vejo necessidade”, comentou. Já Heinze chamou atenção para a coerência e eficiência, enquanto Mourão apontou o impacto orçamentário e cobra responsabilidade diante da crise fiscal.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Derrotas em série

A derrubada do decreto que mantinha o IOF sobre operações de crédito é simbólica. O governo tentava preservar R\$ 27 bilhões em arrecadação, mas foi vencido por uma aliança entre oposição e até parte da base, sinalizando que o Congresso assumiu papel de protagonista e autônomo, impondo derrotas ao Executivo.

Legislativo hiperpoderoso

RICARDO STUCKERT / PR/JC



O Congresso está mais autônomo e com poder de fogo, uma espécie de Legislativo hiperpoderoso e disposto a exercer seu protagonismo. As presidências da Câmara, com Hugo Motta (Republicanos-PB, à esq. na foto), e do Senado, com David Alcolumbre (União Brasil-AP, à dir. na foto), atuam com forte capacidade de pauta e articulação. O Executivo, por outro lado, hesita em confrontar diretamente os líderes do Parlamento, o que dá margem à intensificação da crise.

Fragilidade política

O governo Lula vem sofrendo derrotas importantes no Congresso como a derrubada do IOF sobre câmbio, proposta que tinha apelo fiscal e ambiental. As vitórias da base são pontuais e caras. A falta de uma base sólida e coesa compromete a governabilidade e revela um avanço da deterioração política, enquanto busca uma saída difícil.

Emendas e a disputa de poder

O controle das emendas, especialmente as chamadas emendas de relator, hoje substituídas por outras modalidades, tem sido o principal instrumento de barganha entre o Planalto e o Congresso. Deputados e senadores pressionam por execução rápida e integral das emendas prometidas, enquanto o governo, com restrições fiscais, segura parte dos repasses, provocando reações hostis.

Polarização e ambiente pré-eleitoral

Com a polarização e o ambiente pré-eleitoral, as atenções já começam a se voltar com maior intensidade para as eleições de 2026. Muitos parlamentares já estão posicionando suas candidaturas ou de seus aliados, inclusive em oposição ao governo. A radicalização e a busca por palanque aumentam a pressão contra o Planalto, principalmente de partidos da oposição bolsonarista, que buscam mostrar força.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

